

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador do Estado

José Serra

Secretário de Estado da Casa Civil

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário de Estado da Cultura

João Sayad

Secretário-Adjunto

Ronaldo Bianchi

Chefe de Gabinete

Sérgio Tiezzi

Coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico

Claudinéli Moreira Ramos

PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Organização Social de Cultura

Diretor Executivo

Marcelo Mattos Araújo

Diretor Financeiro

Miguel Gutierrez

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Coordenador

Carlos de Almeida Prado Bacellar

Diretor do Departamento de Difusão e Preservação de Acervo

Lauro Ávila Pereira

EXPOSIÇÃO A LUTA PELA ANISTIA: 1964 - ?

Curadoria

Alípio Freire

Colaborador

Eduardo Chammas

Expografia

Hiromo Kinoshita

Flávio Pires

Mário Bibiano

Comunicação Visual

Zoldesign

Renato Salgado

Marina Carvalho

Nívea Justino

Fontes

Agência Estado

- AEL/UNICAMP – Arquivo Edgar Leuenroth
- APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

• CEDEM/UNESP – Centro de Documentação e Memória/Universidade Estadual Paulista

• CEDIC/PUC-SP – Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Companhia da Memória Pesquisa Histórica e Produção Cultural

- CPV – Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro

Realização

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Memorial da Resistência de São Paulo

Arquivo Público do Estado de São Paulo

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA

PINACOTECA do Estado de São Paulo

GOVERNO DE SÃO PAULO

apoio:



ARQUIVO EDGAR LEUENROTH UNICAMP



INFORMAÇÕES GERAIS

Memorial da Resistência

Largo General Osório, 66

Luz – São Paulo – SP

Telefone: 55 11 3337.0185, ramal 27

memorialdareistencia@pinacoteca.org.br

www.pinacoteca.org.br

Entrada gratuita de terça-feira a domingo, das 10h às 17h30.

Ação Educativa

Informações e agendamento:

Telefone: 55 11 3324.0943/0944



A luta pela Anistia

1964 - ?

A luta pela Anistia

Ao longo dos anos 1978 e 1979, ainda em plena ditadura, os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), que reuniam representantes das principais forças que lutavam pela redemocratização, elaboraram um projeto de anistia política Ampla, Geral e Irrestrita para todos os perseguidos pela ditadura.

Porém, no dia 28 de agosto de 1979, o último general-presidente, João Baptista Figueiredo, assinou uma Lei de Anistia aprovada no dia 22 de agosto por pequena maioria no Congresso Nacional, que contrariava em muitos pontos a proposta dos CBAs. Apesar disso, essa Lei aprovada representou uma conquista parcial das forças políticas que lutaram pela redemocratização. Assim, como vários aspectos da redemocratização proposta por aquelas forças, não foi uma conquista completa.

Como consequência dessa anistia incompleta (além de outras propostas da resistência não efetivadas), a democracia pela qual lutava a maioria dessas forças permanece incompleta. Ou seja, permanece inconcluso, até hoje, o processo de transição do nosso país para a democracia, como inconclusa permanece a Anistia.

Para que melhor se entenda e fique clara a discrepância entre os objetivos das forças de resistência à ditadura, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1970, e o atual estágio da transição que vivemos, estruturamos esta exposição fundamentalmente com a utilização de materiais - jornais, folhetos, cartazes, cartilhas etc. - produzidos pelas forças que lutaram desde o início contra a ditadura.

Como contrapartida, expomos também alguns documentos gerados pelos órgãos de repressão política daquele período, que dão conta da rede de perseguição não apenas aos militantes, mas a todo cidadão ou cidadã que pudesse despertar alguma “suspeição” àquele regime.

São Paulo, agosto de 2009
Alipio Freire
curador



O Senador italiano Lelio Basso aplaudido no Congresso Brasileiro pela Anistia, 1978. [Foto Paulo Leite/ Agência Estado]

O golpe de 64

No dia 31 de março de 1964, a disputa entre dois projetos políticos teve seu desfecho com um golpe de Estado. O primeiro desses projetos reunia as forças populares e defendia um desenvolvimento nacional independente, fundado na distribuição de renda. O segundo, por sua vez, reunia interesses dos conservadores, fundava-se na concentração de renda e se subordinava ao grande capital internacional e à política dos EUA.

Resistência e solidariedade

Falar da luta pela Anistia é falar sobre as lutas de resistência à ditadura.

O terror de Estado se implantou desde o dia do golpe, do mesmo modo que as iniciativas de solidariedade aos perseguidos e punidos. Assim como as demais ações de resistência, a solidariedade se ramificava pelas atividades do mundo do trabalho. Também no exterior, desde o primeiro momento, surgiram grupos de solidariedade contra a ditadura.

Conjuntura e Anistia

A nova conjuntura que se abre na segunda metade dos anos 1970 assiste à divisão das forças da ditadura.

Internacionalmente, o período é marcado pela derrota dos EUA no Vietnã e pela política de direitos humanos do presidente Jimmy Carter.

Por volta de 1973-1974, muitos dos grupos de solidariedade aos perseguidos políticos levantam a bandeira da Anistia, dos quais o mais importante foi o Movimento Feminino de Anistia.

Em 1978, surgem os Comitês Brasileiros pela Anistia – CBAs, que unificam as lutas nessa área. Como parte da resistência, a viabilidade da campanha dos CBAs dependeu do ascenso das lutas dos trabalhadores e do povo, ascenso do qual ela foi expressão e também motor.



Brasil. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964.



Adesivo do Comitê Brasileiro de Anistia - CBA. [Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro]



Mães dos congressistas presos em Itiúna-SP chegam de todo o país e organizam manifestações pela soltura dos filhos. São Paulo, 1968. [Acervo Iconographia]



Comitê Brasileiro pela Anistia - Campina Grande-PB, s/d. [Coleção Movimentos Sociais Recentes, Arquivo Edgard Leuenroth]

Definidas as políticas no 1º Encontro Nacional pela Anistia (1978), chegou a hora dos CBAs botarem o bloco na rua, garantindo o caráter de massa da campanha.

Na campanha pela Anistia participaram diversas organizações e movimentos do mundo do trabalho e do povo, além de alguns setores liberais para os quais a ditadura não era mais um bom negócio. Por sua vez, as organizações paramilitares de ultradireita intensificaram seus atentados.

Problemas da transição

Os limites da Lei de Anistia, a partir da não aprovação da proposta de Anistia Ampla, Geral e Irrestrita defendida pelas forças da resistência, deixaram três importantes questões, que a transição para a democracia ainda não resolveu:

1. A localização e devolução para as famílias dos corpos dos “desaparecidos”;
2. A apuração, julgamento e punição dos responsáveis pelos seqüestros, torturas, assassinatos e “desaparecimentos”;
3. A abertura dos arquivos da ditadura.

Disto resulta a permanência da impunidade, tanto de crimes que são cometidos por representantes do Estado, quanto por pistoleiros a serviço de empresas urbanas e rurais. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, nos últimos 10 anos foram assassinadas 365 pessoas no campo. Isto para não falarmos das chacinas contra a população urbana.

A quase totalidade desses crimes permanece impune.

Imprensa de resistência

Um dos elementos fundamentais para a organização da resistência e da propaganda de seus projetos foi os jornais criados por movimentos, instituições laicas ou religiosas, estruturas que atuavam na clandestinidade, sindicatos e outras entidades.